



# Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

# Conjuntura FEE

ANO 21 Nº 08  
Agosto de 2012

## O comércio internacional de *commodities*

No primeiro decênio do século XXI, é proeminente a valorização dos preços internacionais das *commodities*. A compreensão desse movimento é importante para a economia brasileira, pois tem impactos na inflação, no câmbio e na balança comercial. Grande parte das análises relaciona esse comportamento ascendente de preços, quase exclusivamente, ao aumento da demanda chinesa por matérias-primas e, portanto, ao aumento no dinamismo do comércio internacional de *commodities*.

Dessa forma, é pertinente analisar o tão referenciado descompasso entre a demanda e a oferta. Na tabela, são apresentados os diferenciais, em pontos percentuais, entre as taxas de crescimento anuais das exportações mundiais (demanda) e as da produção mundial (oferta) em volume, com base nos dados da OMC.

Os resultados mostram que, de fato, no período 2003-10, houve um crescimento maior das exportações frente ao crescimento da produção em volume. Porém os excessos de crescimento da demanda de 1,71 ponto percentual ao ano para produtos agrícolas e de 1,19 ponto percentual ao ano para combustíveis e minérios não são tão expressivos, quando comparados aos do período 1994-98.

Neste último período, o comércio mundial foi mais dinâmico tanto para produtos agrícolas quanto para combustíveis e minérios. Esse resultado surpreende, pois esse é um período de redução nominal nos preços agregados de *commodities*.

Outro destaque é o período 1971-79, que apresentou um pequeno excesso de crescimento da demanda em relação à oferta para produtos agrícolas e, inclusive, um crescimento maior da oferta em relação à demanda para combustíveis e minérios. Entretanto esse é um período de aumento considerável nos preços primários.

O panorama macroeconômico nos anos 70 compreendeu baixas taxas de juros nos Estados Unidos, desvalorização do dólar, especulação financeira e choques de petróleo. Curiosamente, esse arranjo em muito se assemelha ao do período atual.

A diferença é que, nos anos 70, uma onda inflacionária disseminou-se mundialmente, com forte reajuste de preços manufaturados. No período atual, por outro lado, os baixos custos de produção chineses têm contribuído para minimizar os reajustes nos preços dos manufaturados e arrefecer as pressões inflacionárias mundiais.

Essas constatações sugerem que, a despeito da influência dos elementos de oferta e demanda, há outros que devem entrar na análise dos determinantes de preços das *commodities*. A valorização do petróleo, a queda do dólar, a política monetária nos Estados Unidos e a especulação financeira também teriam alguma influência no movimento de alta dos preços das *commodities* verificado nos últimos anos.

A valorização do petróleo guardaria relação com um dólar fraco, uma vez que a desvalorização do dólar significa perdas de receitas de exportações para os países produtores dessa *commodity*. O reajuste do preço, em um contexto de crescimento econômico mundial, seria uma forma de compensação. A atividade especulativa com o petróleo ampliaria esse movimento.

Além disso, em alguns países, há um processo de “nacionalismo dos recursos naturais”, com impactos fiscais e restrições de acesso às fontes, o que aumenta custos de produção.

O petróleo mais caro, por sua vez, impacta os custos para as demais *commodities* — principalmente agrícolas —, ao encarecer os transportes, os insumos (fertilizantes) e os custos de oportunidade (substituição da produção agrícola por biocombustíveis).

Já as baixas taxas de juros operadas pelo Fed e a histórica correlação negativa entre *commodities* e ações tornaram atrativo o investimento em *commodities*. Há fortes indícios de que a especulação financeira tenha influência nos preços, embora esse tipo de interpretação não seja unânime entre os analistas. Uma evidência é o aumento da volatilidade, e outra é a maior sincronia tanto das *commodities* entre si quanto entre os índices de ações.

Por fim, os resultados mostram que a análise sobre os ciclos de preços das *commodities* é mais complexa que somente considerar elementos de oferta e de demanda. A tentativa de qualificar a avaliação dos determinantes desses preços é imprescindível, quando se deseja traçar um horizonte menos incerto para economias periféricas, como o Brasil, tão dependentes dos movimentos de preços das *commodities*.

Diferencial de taxa de crescimento média anual de exportações e de produção mundiais em volume — 1951-2010

(pontos percentuais)

PERÍODOS	PRODUTOS		
	Agrícolas	Combustíveis e Minérios	Manufaturas
1951-70	1,67	2,67	2,63
1971-79	0,81	-0,70	2,58
1980-87	-0,38	0,27	2,26
1988-93	0,97	2,30	4,46
1994-98	2,24	2,56	4,23
1999-2002	0,59	0,42	2,99
2003-10	1,71	1,19	2,31

FONTE DOS DADOS BRUTOS: OMC.

**Clarissa Black**  
Economista, Pesquisadora da FEE

## O baixo crescimento populacional do RS e suas migrações internas

O fato de o RS ter sido o estado brasileiro que menos cresceu em população na última década (5,0%) pode ser explicado por dois componentes demográficos expostos pela amostra do Censo 2010: primeiramente, o Estado possui uma baixa taxa de fecundidade (1,75 filho por mulher ao longo de toda sua vida, representando a quinta menor taxa do País) e, em segundo lugar, dentre os estados com taxa de fecundidade menor ou similar, foi o único que apresentou saldo migratório (imigrantes menos emigrantes) negativo — uma perda por migração de 74,6 mil habitantes somente entre 2005 e 2010. Embora essa evasão seja considerada relativamente baixa, se observarmos seu percentual sobre a população total do RS em 2010 (0,70%), houve um aumento significativo em relação ao período de 1995 a 2000, quando o saldo migratório representou uma perda de 39,5 mil habitantes, um percentual de 0,39% em relação à população de 2000. Com isso, o saldo migratório do RS, que é historicamente negativo e vinha com uma tendência de diminuição de perdas desde a década de 70, voltou a se acelerar na década passada.

Quando analisamos as microrregiões do Estado, também podemos observar mudanças quanto à migração em relação à década de 90. Sem dúvida, a mais surpreendente de todas está na Microrregião Porto Alegre (representada pela capital e por mais 21 municípios do entorno), que obteve um saldo migratório positivo de 40,0 mil habitantes no período entre 1995 e 2000 (sendo o saldo mais elevado do Estado) e, em sentido oposto, apresentou um saldo migratório negativo de 21,7 mil habitantes no período mais recente, entre 2005 e 2010 (sendo a maior perda do Estado). Trata-se da primeira vez que essa microrregião perdeu população desde que a pergunta indagando onde o respondente residia cinco anos antes da pesquisa foi inserida no Censo de 1991.

A Microrregião Caxias do Sul, que foi a que mais cresceu por saldo migratório nos cinco anos anteriores ao

Censo 2010 (enquanto, no Censo 2000, ela havia obtido o segundo maior crescimento, atrás somente de Porto Alegre), manteve-se praticamente constante, quando comparados os dois períodos, com um saldo migratório positivo de em torno de 25 mil habitantes. Isso vai ao encontro do alto crescimento populacional do Município de Caxias do Sul e da região. Somente o Município de Caxias do Sul obteve um crescimento de 21% entre 2000 e 2010.

No período entre Censos, sete dos 10 municípios que tiveram maior aumento da sua população em percentual são do Litoral Norte do Estado. Essa região, representada pela Microrregião Osório, obteve o segundo maior saldo migratório do RS, sendo o maior crescimento relativo à sua população. Essa tendência no Litoral Norte já vem de bastante tempo. Como mostra o Censo 2010, quatro dos cinco municípios com maior percentual de moradores não naturais do mesmo estão nessa região. O caso mais extremo é o de Balneário Pinhal, onde apenas 9,1% dos residentes nasceram na cidade — o menor percentual do RS.

Outro destaque importante é a continuação da evasão das regiões próximas ao rio Uruguai (como é o caso, principalmente, da Microrregião Frederico Westphalen, que permaneceu entre as três com maior saldo migratório negativo) e da Campanha Ocidental, na Fronteira Oeste, que passou da quinta para a segunda colocação de maior saldo negativo.

O próximo passo na análise das migrações nos últimos Censos está em traçar o perfil desses migrantes e seus fluxos. Qual a faixa etária de quem migra de Porto Alegre para o litoral? Qual a faixa de renda de quem migra para Caxias do Sul? E qual o seu nível de instrução? Essas são algumas das questões que a FEE está buscando responder através de um projeto em parceria com o IPEA, tendo como principal objetivo traçar o perfil e os fluxos do migrante interno e externo do RS.

Total de imigrantes, emigrantes e saldo migratório, segundo as três microrregiões com maior saldo migratório e as três microrregiões com menor saldo migratório, no RS — 1995-2000 e 2005-10

MICRORREGIÕES E ESTADO	1995 A 2000			MICRORREGIÕES E ESTADO	2005 A 2010		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório		Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório
<b>Maiores saldos</b>				<b>Maiores saldos</b>			
Porto Alegre .....	177.532	139.554	37.978	Caxias do Sul .....	60.549	35.645	24.904
Caxias do Sul .....	53.136	27.778	25.358	Osório .....	39.600	20.323	19.277
Osório .....	33.876	15.506	18.370	Lajeado-Estrela .....	20.044	12.648	7.396
<b>Menores saldos</b>				<b>Menores saldos</b>			
Santo Ângelo .....	12.206	23.189	-10.983	Frederico Westphalen ...	9.169	18.794	-9.625
Três Passos .....	6.748	19.342	-12.594	Campanha Ocidental .....	12.926	29.025	-16.099
Frederico Westphalen ...	8.511	27.681	-19.170	Porto Alegre .....	141.545	163.223	-21.678
<b>Rio Grande do Sul .....</b>	<b>113.395</b>	<b>152.890</b>	<b>-39.495</b>	<b>Rio Grande do Sul .....</b>	<b>102.613</b>	<b>177.263</b>	<b>-74.650</b>

FONTE: IBGE. Censos Demográficos 2000 e 2010.

**Pedro Tonon Zuanazzi**  
Estatístico, Pesquisador da FEE

## A mulher e a sua desigual participação nas Câmaras de Vereadores

O terceiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ONU, 2000) propõe promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres. A participação das mulheres nas Câmaras Municipais de Vereadores (CMV) é um indicador para avaliar a igualdade entre os sexos através da presença de mulheres no âmbito do poder municipal.

Existe um descompasso entre os avanços recentes nas políticas sociais voltadas para a igualdade de gênero no Brasil e a sub-representação feminina nos espaços institucionalizados da política e do poder. Constata-se um crescimento da participação feminina nas CMV em nível de País e de RS, entre as eleições de 1992 e de 2004, pois a participação das mulheres nas CMV era de 5,1% e passou para 12,0% no RS, enquanto, no Brasil, foi, respectivamente, de 7,3% e 12,6%. Em 2008, observa-se uma estabilidade da participação feminina, que foi de 12,5% no Brasil e de 12,4% no RS, embora o eleitorado feminino fosse majoritário: 51,8% no País e 51,9% no Estado.

A política afirmativa de cotas para mulheres iniciada em 1995 propõe hoje que seja reservado o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Nas eleições de 2012, será cobrado pela sociedade civil o cumprimento da Lei da Ficha Limpa, e a cota mínima de 30% de mulheres por parte dos partidos e/ou coligações. No corrente ano, o eleitorado feminino é novamente

maioria tanto no Brasil (51,9%) como no RS (52,0%). Caso não seja revertida a estabilização na participação das mulheres nas últimas eleições, os legislativos municipais continuarão longe de atender as metas definidas pela ONU.

Participação de mulheres vereadoras nas Câmaras de Vereadores, no Brasil e no RS — 1992-2008

	(%)	
ANOS	BRASIL	RIO GRANDE DO SUL
1992	7,3	5,1
1996	7,4	8,8
2000	11,9	10,5
2004	12,6	12,0
2008	12,5	12,4
Meta do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio para 2015 .....	50,0	50,0

FONTE: FEE/NISA.

**Salvatore Santagada**  
Sociólogo, Pesquisador da FEE

## O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) e seus efeitos no Programa Bolsa Família (PBF)

O Plano Brasil Sem Miséria, lançado pelo Governo Federal em junho de 2011, tem como um dos seus eixos a garantia de renda para aquelas pessoas extremamente pobres. O objetivo é ampliar o acesso dessa população aos programas de transferência de renda, entre os quais se encontra o Programa Bolsa Família, que se destina às famílias com renda *per capita* de até R\$ 140,00 mensais. As pessoas não atendidas serão localizadas e incluídas no Cadastro Único Para Programas Sociais (CadÚnico), que identifica o segmento mais pobre da população através da estratégia denominada Busca Ativa.

Outra ação no âmbito do BSM é a ampliação do PBF, elevando-se o número de benefícios variáveis (crianças de 0 a 15 anos, gestantes e/ou nutrízes) de três para cinco por unidade familiar. Foram criados o Benefício Variável à Nutriz (BVN) para crianças de até seis meses de idade, respeitando o limite de cinco benefícios por família, e o Benefício Variável à Gestante (nove parcelas de R\$ 32,00), para aquelas que realizem todos os exames e consultas médicas. Além dessas mudanças, houve reajuste de 45,5% nos valores desses benefícios.

Nos últimos anos, expandiu-se o número de beneficiários do PBF, que somaram 13,46 milhões de famílias em junho de 2012, contra 12,77 milhões em dezembro de 2010. A meta do Plano é de que, até o ano de 2013, sejam incluídas 800.000 famílias em extrema pobreza que têm direito à transferência de renda mensal, mas que não a recebem por não serem identificadas. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), de junho de 2011 a março de

2012, já haviam sido incluídas 687.000 novas famílias. Esse número parece evidenciar que a meta programada deverá ser atingida sem dificuldades.

No Rio Grande do Sul, o número de famílias no PBF diminuiu nos últimos três anos, o que pode ser decorrência de um melhor controle dos registros no CadÚnico, excluindo aqueles beneficiários que não atualizaram as suas informações. Na capital do Estado, o número de famílias beneficiárias do PBF aumentou, passando de 36.130 em 2010 para 41.212 em 2012 (junho). Esse acréscimo significativo (14%) já reflete o resultado das ações que fazem parte do Brasil Sem Miséria, que envolvem, além do Governo Federal, o Estado em parceria com os municípios, como é o caso da estratégia de Busca Ativa.

Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre — 2010-12

ANOS	BRASIL	RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE
2010 (1)	12.778.220	453.761	36.130
2011 (1)	13.352.306	450.778	40.846
2012 (2)	13.462.659	445.773	41.212

FONTE: MDS/SAGI. Relatório de Informações Sociais.

(1) Dados referentes ao mês de dezembro. (2) Dados referentes ao mês de junho.

**Isabel Ruckert**  
Economista, Pesquisadora da FEE

Tabela 1

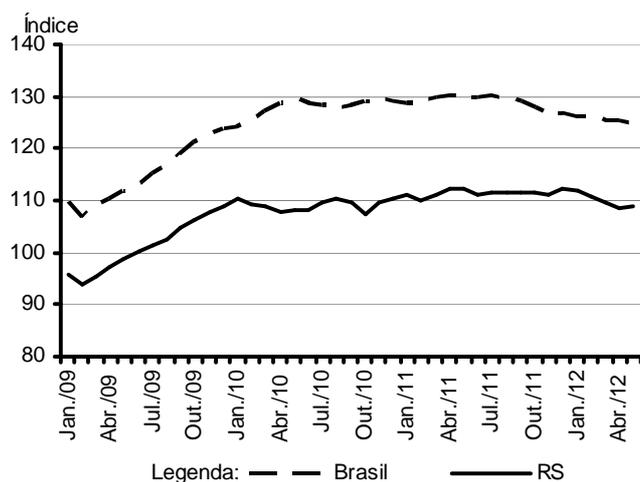
Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — jan.-jun./12

MESES	IPCA			IGP-M			(%)
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	
Jan./12	0,56	0,56	6,22	0,25	0,25	4,53	
Fev./12	0,45	1,01	5,85	-0,06	0,19	3,44	
Mar./12	0,21	1,22	5,24	0,43	0,62	3,24	
Abr./12	0,64	1,87	5,10	0,85	1,48	3,65	
Mai./12	0,36	2,24	4,99	1,02	2,51	4,26	
Jun./12	0,08	2,32	4,92	0,66	3,19	5,14	

FONTE: IBGE.  
Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-maio/12

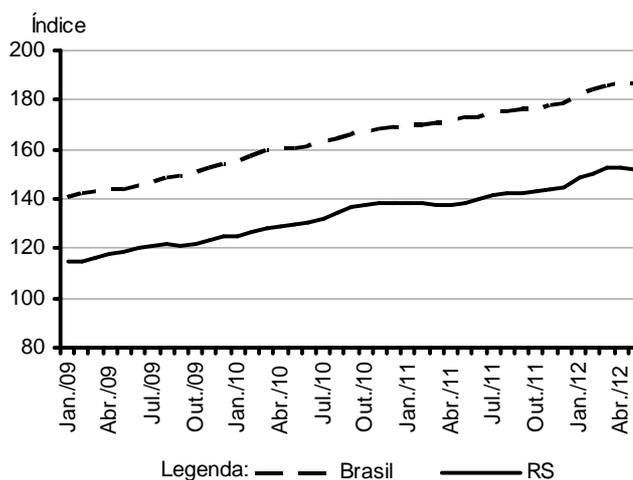


Legenda: — — Brasil — RS

FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.  
NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.  
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-maio/12



Legenda: — — Brasil — RS

FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.  
NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.  
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — jan.-jun./12

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Jan./12	Fev./12	Mar./12	Abr./12	Mai./12	Jun./12		
Taxa de câmbio (US\$) (2) .....	1,79	1,72	1,80	1,85	1,99	2,05	1,87	1,79
Taxa de câmbio efetiva real (3) .....	73,8	72,1	75,6	77,5	81,2	82,4	77,1	75,3
Taxa básica de juros (% a.a.) (4) .....	10,50	10,50	9,75	9,00	8,50	8,50	9,46	10,64
Superávit primário (% do PIB) .....	-7,7	-2,8	-2,9	-4,0	-0,7	-0,7	-3,1	-2,7
Balança comercial (US\$ milhões) .....	-1.299	1.709	2.020	881	2.952	806	7.069	23.916
Exportações (US\$ milhões) .....	16.141	18.028	20.911	19.566	23.215	19.353	117.214	254.950
Importações (US\$ milhões) .....	-17.441	-16.318	-18.890	-18.685	-20.263	-18.547	-110.144	-231.034
Transações correntes (US\$ milhões) .....	-7.043	-1.726	-3.296	-5.397	-3.462	-4.419	-25.342	-51.788

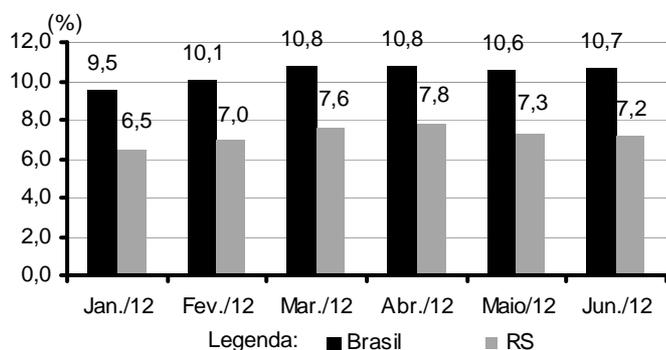
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

## Carta de Conjuntura - Ano 21 nº 08

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan.-jun./12

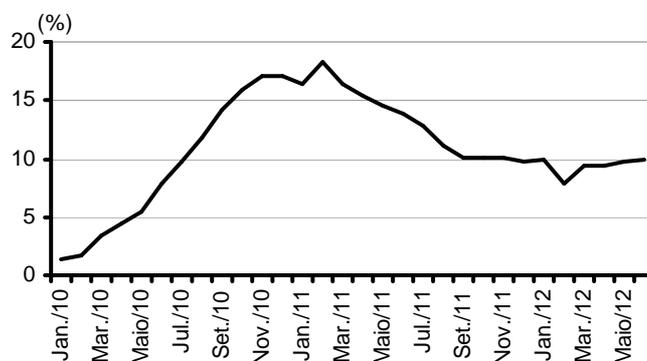


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.  
2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-jun./12



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.  
NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

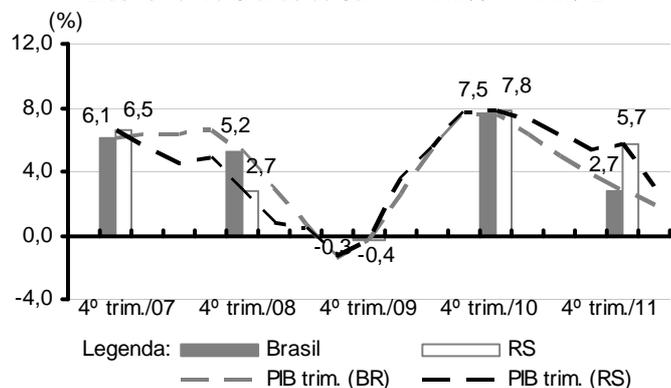
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — jan.-jun./12

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Jan./12	1.219	16.141	7,6	8,6	6,1	10,3	3,4	-1,5	2,6
Fev./12	2.401	34.169	7,0	4,9	7,0	7,2	5,2	-2,1	1,8
Mar./12	3.805	55.080	6,9	0,1	7,5	0,2	5,5	0,0	1,9
Abr./12	5.106	74.646	6,8	-2,9	4,5	-2,4	3,5	-0,5	1,1
Mai./12	6.787	97.861	6,9	-6,9	3,4	-5,9	3,1	-0,8	0,5
Jun./12	8.515	117.214	7,3	-8,1	-0,9	-7,3	0,2	-0,6	-0,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

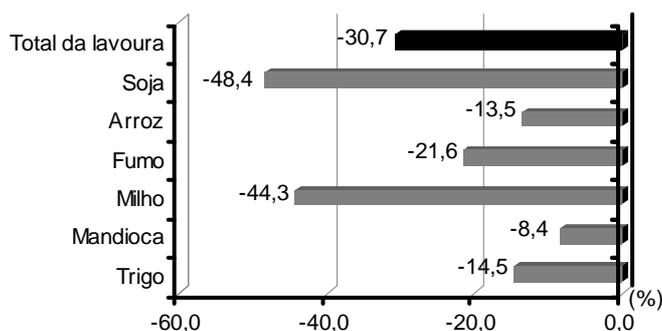
Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 4º trim./07-1º trim./12



FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — jun./12



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NIS.

## Desindustrialização no setor de autopeças e o novo regime automotivo

Nos últimos anos, a posição da indústria de autopeças no Brasil vem sendo colocada em xeque pela crescente entrada de importações. A perda de participação de mercado tem demonstrado ser uma tendência crescente. No entanto, as medidas anunciadas pelo Governo Federal para 2013, no âmbito do novo regime automotivo, podem contribuir para mitigar essa situação.

A natureza do problema que se apresenta ao setor produtor de autopeças pode ser descrita como de falta de competitividade, que gera um processo de desindustrialização “silenciosa”. Embora a produção, o emprego, o número de estabelecimentos e o faturamento tenham apresentado elevação entre 2003 e 2011 (RAIS e Sindi-peças), esse desempenho não impediu uma crescente entrada de similares importados no Brasil. De fato, o gráfico abaixo ilustra essa afirmação e também identifica que a produção das autopeças foi distanciando-se da *performance* apresentada pelas montadoras. Em especial, isso indica que a cadeia de produção automotiva, historicamente considerada como de elevada coesão em relação à média da indústria de transformação nacional, tem apresentado uma tendência de progressiva perda de densidade. A explicação para o comportamento observado possui múltiplas dimensões.

Uma delas é a falta de competitividade sistêmica. No período analisado, a taxa de câmbio anual média, medida pelo Banco Central, passou de um pico de desvalorização de R\$/US\$ 2,89 em 2003 para R\$/US\$ 1,67 em 2010 e R\$/US\$ 1,88 em 2011, gerando um processo de elevação continuada do preço relativo da produção nacional. Ademais, soma-se a esse quadro o aumento dos custos com logística, energia, carga tributária e encargos trabalhistas, que, em média, se elevaram relativamente mais do que em empresas concorrentes internacionais. Esse período também é marcado por um incremento da importação de veículos — sobretudo os de maior valor agregado, no âmbito de uma complementaridade produtiva na indústria automobilística com a Argentina e o México —, que acabou criando uma demanda por autopeças importadas para o mercado de reposição desses modelos.

Outra dimensão importante relaciona-se às estratégias competitivas adotadas pelas montadoras e às dificuldades das empresas nacionais de autopeças em se adaptarem ao novo padrão de concorrência setorial. A disputa no mercado de veículos sofreu um processo de crescente acirramento nas décadas de 90 e 2000-09, evidenciado pelo incremento no número de montadoras produzindo no País e pelos investimentos que estão sendo realizados atualmente. O recrudescimento da competição no mercado de veículos também se refletiu no ritmo de desenvolvimento e de adoção de novas tecnologias para a obtenção de liderança em diferenciação de produto. Isso reduziu o ciclo de vida dos veículos, contemplando as peças utilizadas em sua montagem. Nesse processo, destacam-se as inovações tecnológicas baseadas em novos materiais (aços, ligas metálicas, plásticos, fibras de carbono, etc.) e, sobretudo, em eletrônica, semicondutores e tecnologias da informação embarcadas nos veículos. Para ter-se uma ideia do ritmo de adoção de inovações nestes últimos segmentos, diferentes estudos apontam que, em 2000, os componentes eletrônicos respondiam por 10% do custo do veículo, passando para 20% em 2008, e estima-se que atinjam 40% até 2015.

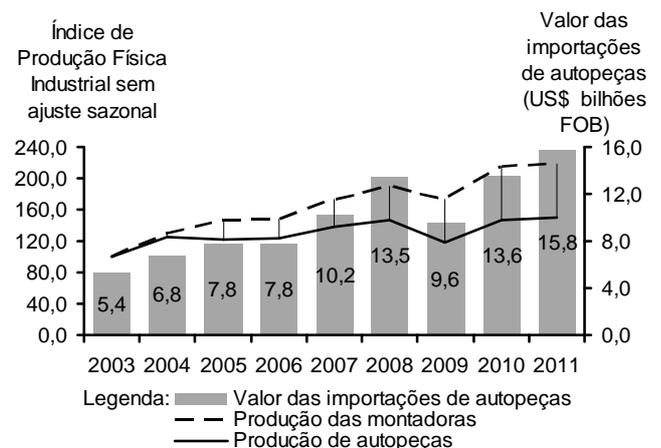
Para as maiores empresas de autopeças, em sua maior parte composta por multinacionais produzindo como

“sistemistas” de primeiro nível das montadoras, essa lógica de concorrência oferece dificuldades relativamente menores. Entretanto, para as empresas de pequeno e médio portes que atuam como fornecedores de segundo e terceiro níveis, esse jogo de mercado é problemático, pois requer um maior esforço relativo de investimento em capacitações para inovar. Portanto, a dificuldade das empresas em se manterem na fronteira tecnológica do setor automotivo e em concorrerem contra a produção externa também ajuda a explicar a perda de densidade nessa cadeia de produção e parte da entrada de importações de autopeças no País.

O novo regime automotivo, porém, pode contribuir para atenuar o processo de desindustrialização na produção de autopeças. A imposição de uma sobretaxa de 30 pontos percentuais sobre veículos importados de fora do Mercosul, além da concessão de benefícios para fomentar a produção local, com taxa de nacionalização mínima de 65%, possui dois impactos imediatos sobre esse processo. Por um lado, diminui a entrada de veículos importados, o que reduz o volume de autopeças requerido para abastecer o mercado de reposição. Por outro lado, torna a demanda por autopeças nacionais menos suscetível às variações cambiais, devido à necessidade de nacionalização da produção das montadoras. Além disso, os requisitos de gastos em P&D, em engenharia e em tecnologia industrial básica podem transbordar ao longo da cadeia automotiva, facilitando o processo de aprendizado tecnológico no setor.

Entretanto apenas as medidas constantes no novo regime automotivo não bastam. Fazem-se necessárias ações adicionais de política industrial e de ciência e tecnologia que promovam a criação e o fortalecimento dos mecanismos de fomento ao desenvolvimento tecnológico e do sistema nacional de inovação. Também é importante que as empresas se adaptem às novas condições impostas pelo mercado, passando a desenvolver capacitações para acompanhar o ritmo de desenvolvimento de novas tecnologias nos veículos.

Índice de Produção Física das montadoras e dos fabricantes de autopeças versus importações de autopeças no Brasil — 2003-11



FONTE: IBGE/PIM-PF, IBGE/PIA Produto e SINDIPEÇAS/2012.

NOTA: 1. Cálculo dos Índices de Produção Física elaborado pela FEE; os índices têm como base a média de 2003 = 100.

2. Valores das importações em US\$ bilhões a preços anuais de 2011, deflacionados pelo IPC dos Estados Unidos publicado pelo FMI.

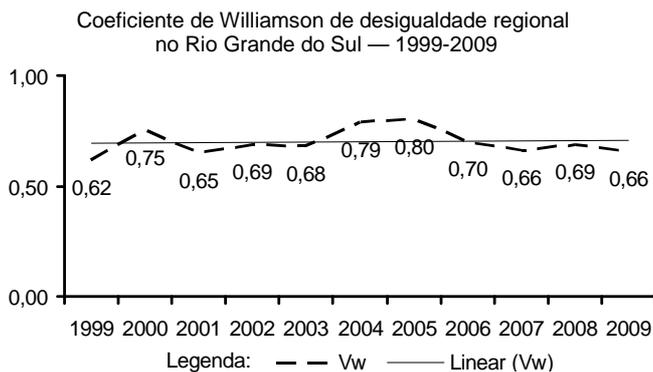
**Rodrigo Morem da Costa**  
Economista, Pesquisador da FEE

## Desigualdades regionais no Rio Grande do Sul

Um das questões que mais intrigam o pensamento econômico há mais de meio século diz respeito aos desequilíbrios do processo de desenvolvimento. De um lado, Gunnar Myrdal, laureado com o Prêmio Nobel em 1974, tornou-se a referência entre os autores que entendem que o jogo das forças de mercado opera no sentido da desigualdade, processo que chamou de *causação cumulativa*. De outro, Simon Kuznets, também laureado em 1971, representa a referência daqueles que entendem que, no longo prazo, há uma tendência à convergência das rendas *per capita*, mesmo que, nos estágios iniciais, o crescimento ocorra de maneira desigual.

No Rio Grande do Sul, o PIB *per capita* cresceu, em termos reais, mais de 17% na década entre 1999 e 2009, aumentando a diferença entre o Estado e o Brasil, que era próxima de 15,6% no início do período e passou a ser de quase 17% ao seu final. Uma pergunta naturalmente emerge: esse crescimento está contribuindo para a redução das disparidades regionais de renda ou está alimentando um processo cumulativo de concentração da riqueza? Nos parágrafos a seguir, são realizadas algumas análises preliminares a esse respeito para o Rio Grande do Sul na década em questão.

A primeira abordagem é feita a partir do coeficiente de Williamson, um indicador que representa a intensidade com que os PIBs *per capita* municipais se distanciam da média estadual, de forma que, quanto mais próximo de zero, mais homogênea é a distribuição intermunicipal. Estudos já publicados com essa metodologia indicam uma trajetória ascendente das desigualdades intermunicipais no Rio Grande do Sul, em particular nos anos 80 e 90. Enquanto os anos 80 ficaram conhecidos como os da década perdida, os anos 90 foram prejudiciais para o crescimento gaúcho, devido à rápida abertura comercial e ao câmbio valorizado, dois elementos-chave para o desempenho de uma economia fortemente agrícola e dependente do mercado externo como a do Rio Grande do Sul.



No período entre 1999 e 2009, o coeficiente de Williamson indica uma trajetória estável do padrão de distribuição intermunicipal do PIB *per capita* no Rio Grande do Sul, como revela o gráfico. Tudo indica que, embora os níveis de desigualdade continuem relativamente altos, o Estado tenha atingido uma espécie de platô. Resumindo, quando houve maior crescimento real, houve também uma estabilização no padrão de distribuição. No entanto, pelo menos duas considerações importantes devem ser feitas com base nesse resultado.

Em primeiro lugar, vale ressaltar que, se não há evidência de desigualdades cumulativas, igualmente não se pode afirmar que esteja havendo convergência entre os PIBs *per capita* dos municípios. Em segundo lugar, um olhar

mais apurado sobre as possíveis causas do crescimento no período pode trazer esclarecimentos adicionais a respeito do que está ocorrendo de fato.

Ao final dos anos 90, houve uma maxidesvalorização do real e o surgimento de estratégias de desenvolvimento “de baixo para cima”, com os agentes locais ganhando protagonismo no planejamento, que se voltou para a promoção das condições indiretas para o crescimento. Entretanto o cenário externo apresentou-se como o componente com maior transformação nesse contexto. A expansão comercial de alguns países, em especial da China, passou a contribuir para um período de grande expansão das exportações latino-americanas e brasileiras, particularmente as de *commodities* agrícolas.

Isso leva à segunda abordagem do problema. Se a agroindústria alavancou o desempenho gaúcho no período e a hipótese de que o crescimento ocorre de maneira desequilibrada estiver correta, as regiões que dela dependem deverão apresentar o melhor desempenho relativo.

Uma divisão regional amplamente utilizada separa o Estado em três macrorregiões: Norte, Sul e Nordeste. A Região Sul é conhecida pela sua formação econômica em torno da grande propriedade pecuarista e arroseira. A Nordeste inclui o eixo Porto Alegre-Caxias e o Litoral Norte do Estado, com o predomínio da indústria e dos serviços. Na Região Norte, encontram-se as pequenas e médias propriedades agrícolas e a agroindústria.

Nessa rápida análise, os municípios do Rio Grande do Sul são divididos em intervalos quartílicos por PIB *per capita*, cada um contendo 25% do total dos municípios. Assim, observa-se qual a proporção dos municípios de cada uma das macrorregiões que pertencem a cada intervalo e se isso se tem modificado ao longo dos anos considerados. Os resultados são interessantes. Na Região Sul, dois municípios deixaram o grupo dos 25% mais ricos e seis entraram no dos 25% de menor PIB *per capita*. Já na Região Nordeste, há uma redução ainda maior dentro do grupo dos mais ricos, bem como um aumento importante no número de municípios pertencentes ao grupo dos mais pobres. Enquanto isso, a Região Norte apresenta um expressivo aumento de 25 municípios entre os que pertencem ao primeiro intervalo quartílico, os 25% de maior PIB *per capita* do Estado, ao passo em que nove municípios saíram do grupo dos mais pobres.

Em síntese, a intensidade das desigualdades intermunicipais mostra estabilidade ao longo da década, mas um olhar dentro das macrorregiões aponta um crescimento desequilibrado em favor da Norte. Assim, uma questão importante permanece: teremos convergência ou mais desigualdade daqui para frente?

Número de municípios, por intervalo quartílico de renda, no Rio Grande do Sul — 1999 e 2009

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS		
	Sul	Nordeste	Norte
<b>1999</b>			
Intervalo quartílico 1 .....	17	41	58
Intervalo quartílico 4 .....	24	15	78
<b>2009</b>			
Intervalo quartílico 1 .....	15	26	83
Intervalo quartílico 4 .....	30	25	69

FORNTE DOS DADOS BRUTOS: FEE/CIE/NCS.

**Tomás Pinheiro Fiori**  
Economista, Pesquisador da FEE

## RS: o declínio na “vocação exportadora”

A “vocação exportadora” do RS vem sendo gradativamente abalada. Tomem-se os últimos 20 anos: dividindo esse período em quatro subperíodos, observa-se que, entre 1992 e 1996, o Estado participou com 12,0% das exportações brasileiras; entre 1997 e 2001, com 10,9%; entre 2002 e 2006, com 9,6%; e, por último, entre 2007 e 2011, com 8,6%. Entre os anos extremos, a diferenç a   maior: enquanto, em 1992, as vendas externas do RS eram 12,1% das nacionais, em 2011, representaram apenas 7,6%. Dessa forma, embora ainda seja superior a 1 o quociente da relação exportações gaúchas/exportações brasileiras sobre PIB gaúcho/PIB brasileiro, o Estado vem-se tornando “menos exportador” em relação ao Brasil. Por que isso?

Porque, embora haja problemas de competitividade externa comuns ao RS e às demais unidades da Federação — como carência de infraestrutura adequada, juros altos, impostos comparativamente mais elevados frente aos de outros países emergentes, custo da energia também relativamente alto e, mais recentemente, câmbio valorizado —, a maior parte da produção gaúcha voltada ao exterior apresenta algumas peculiaridades que, por um lado, explicam o que vem acontecendo e, por outro, não d o esperanç a quanto   reversão desse quadro. Abaixo estão descritas três dessas diferenç as. As duas primeiras referem-se a situações já consolidadas, e a terceira está em processo de definição.

Uma primeira diferenç a refere-se ao fato de que, devido ao esgotamento de sua fronteira agrícola, o Estado ficou em desvantagem frente a outras regiões do País onde ainda existem terras inexploradas comercialmente. Por exemplo, na região dos Cerrados conhecida como Matopiba — que engloba áreas dos Estados do Maranhão, de Tocantins, do Piaul e da Bahia —, a produção de soja vem crescendo de forma acelerada. Já no RS, o crescimento da produção está restrito ao aumento de produtividade e/ou   substituição de culturas. No caso da substituição, isso pode causar problemas. A elevação do preço da soja no mercado internacional costuma ocasionar um aumento da área cultivada dessa oleaginosa, em parte sobre terras antes plantadas com o milho. Em consequência, a escassez relativa de milho, do qual o Estado é um importador líquido, reduz a rentabilidade da produção das carnes de frango e suína, produtos estes relevantes na pauta exportadora gaúcha, principalmente o primeiro. De uma maneira geral, no caso dos produtos de origem agropecuária, o recomendado   agregar valor, mas, como isso pode significar redução ou não criação de empregos nos países

importadores, essa alternativa normalmente se mostra, na prática, inviável.

Outra diferenç a refere-se aos produtos intensivos em trabalho, onde, proporcionalmente, o RS sofreu mais que o Brasil com a concorrência internacional de países que possuem mão de obra mais barata. Isso aconteceu devido à (antiga) elevada participação das exportações de calç dos no total das vendas externas do Estado. Considerando-se apenas os valores nominais (em US\$), o total das exportações gaúchas de “calç dos e suas partes” caiu 26,9% entre 1992-96 e 2007-11. Como proporção do total exportado pelo Estado, a queda foi de 26,4% para 5,9% entre os dois subperíodos considerados. A tentativa de agregar valor ao calç do gaúcho, ainda que seja a melhor forma de reaver a competitividade, agora em outro nicho de mercado, dificilmente compensar , nas exportações estaduais, o peso outrora representado pelos calç dos de baixo preço.

Uma terceira diferenç a diz respeito ao advento do Mercosul e à proximidade geográfica do Estado com a República Argentina, de longe o mais importante parceiro comercial desse bloco. Num primeiro momento, esse acordo comercial foi favorável ao RS. Nos anos 90, cresceu bastante a participação argentina nas exportações gaúchas, houve uma queda na virada para o século XXI — em função da crise econ mica no país vizinho —, mas, após 2003, essa participação voltou a aumentar. Na maioria desses 20 anos, a representatividade do mercado argentino nas exportações foi maior para o RS do que para o Brasil. E essa dependência relativamente maior trouxe mais prejuízos ao Estado, quando, nos últimos anos, o país vizinho passou a desenvolver, e manter, uma política de defesa comercial, visando à internalização de parte da produção antes importada. Dentre outros, um setor afetado por essa política no RS foi o de máquinas agrícolas, segmento que tenta compensar as perdas redirecionando parte de sua produção para outros mercados, na América Latina e na África por exemplo. Mas esse é um processo ainda incipiente, aberto em relação ao seu resultado líquido.

Pelas razões expostas acima, a “vocação” do Estado, nos últimos anos, parece voltar-se ao mercado doméstico. Este, apesar do recuo momentâneo, ainda está em crescimento, é razoavelmente grande e, quando necessário, bem protegido.

** lvaro Ant nio Garcia**  
Economista, Técnico da FEE

**CARTA DE CONJUNTURA FEE** (elaborada com informações até 31.07.12).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE**   uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

Tiragem: 250 exemplares.

 **Fundação de  
Economia e  
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti  
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer  
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

**Conselho Editorial:** André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Ant nio Dal Maso e Roberto da Silva Wiltgen.

**Núcleo de Dados:** Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

**Editoração:** Valesca Casa Nova Nonnig e Susana Kerschner (revisão) e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

**Fundação de Economia e Estatística**  
**Siegfried Emanuel Heuser**  
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre  
CEP 90010-283  
E-mail: carta@fee.tche.br  
Twitter: @cartafee  
www.fee.rs.gov.br